

AÇÕES COLETIVAS E AMBIENTE EMPREENDEDOR DE MARIPÁ/PR

COLLECTIVE ACTIONS AND ENTREPRENEURSHIP
ENVIRONMENT IN MARIPÁ/PR

ELOISA WENDT
eloisa.wendt@gmail.com

CARLA MARIA SCHMIDT
carlamariaschmidt@hotmail.com

RESUMO

A dinâmica atual do mercado exige das empresas, independentemente do seu porte e ramo de atuação, um posicionamento estratégico para atender os requisitos dos consumidores. Também no campo, as pequenas propriedades buscam alternativas para se manterem eficientes. Nesse sentido, a diversificação de renda e o trabalho coletivo entre produtores rurais é uma opção para contornar desafios. Em Maripá, no Oeste do Paraná, onde a principal atividade produtiva é voltada ao agronegócio, propriedades rurais agregaram às culturas tradicionais da região, a produção de itens como frango de corte, suínos, peixes e orquídeas como opção de diversificação de renda. Esta pesquisa se propôs a analisar o local, buscando entender as implicações das ações coletivas para a formação e desenvolvimento do empreendedorismo local, através de pesquisa documental e entrevistas. Os resultados mostraram que existe uma cultura coletiva entre os munícipes, já que, nos ambientes estudados, as atuações de associações de produtores rurais têm representatividade importante e promovem principalmente pesquisa e inovação.

Palavras-chaves: Ações coletivas. Agronegócio. Empreendedorismo. Estratégias. Diversificação de renda.

ABSTRACT

Today's market demands from companies a strategic position based on the preparation of business structure and managers, requiring that small farms keep farmers in the field financially secure. Income diversification and collective work among producers who have common goals is an option to overcome challenges. In Maripá, in western Paraná, where the main productive activity is focused on agribusiness, rural properties added to the traditional cultures of the region, the production of items such as poultry, pork, fish and orchids as an option for income diversification. This research aimed to analyze the place, seeking to understand the implications of collective actions for the formation and development of local entrepreneurship, through documentary research and interviews. The results showed that there is a collective culture among the citizens, since, in the studied environments, the actions of rural producers associations have important representativeness and mainly promote research and innovation.

Keywords: *Collective actions. Agribusiness. Entrepreneurship. Strategies. Income Diversification.*



1 INTRODUÇÃO

A dinâmica atual do mercado exige das empresas, independentemente do seu porte e ramo de atuação, um posicionamento estratégico para atender os requisitos dos consumidores. Muitos são os aspectos que requerem dos empreendedores agilidade e firmeza nas tomadas de decisões, bem como, constantes investimentos e inovação tecnológica. As microempresas e os empreendimentos de pequeno porte se deparam com um desafio ainda maior, pois dificilmente estão munidos das mesmas ferramentas que empreendimentos de médio e grande porte, tendo normalmente maior trabalho para atingir todas as exigências mercadológicas. Nesse sentido, a figura do empreendedor é determinante para o processo, pois seus propósitos e sua forma de agir orientam as estratégias do ambiente em que ele atua.

Contudo, apenas a presença de indivíduos empreendedores pode não ser o suficiente para que os empreendimentos atendam às necessidades e exigências do mercado (SCHMIDT *et al.*, 2016). Para serem competitivas, muitas empresas optam por parcerias que estejam em uma mesma região e/ou por segmentos de atuação próximos, as quais podem se unir, atuando em forma de associações, cooperativas, arranjos produtivos locais (APLs) e grupos, proporcionando aos atores a possibilidade de empreender coletivamente.

Sachs (2003) destaca que o empreendedorismo coletivo é um importante instrumento de fortalecimento de pequenos empreendedores, porque auxilia no enfrentamento das dificuldades do mercado, sendo que a concorrência e a cooperação proporcionam diversas vantagens, entre elas: solução de problemas comuns, aprimoramento da infraestrutura e de rede de serviços locais, negociação com poderes públicos locais e nacionais e a atuação em compras e vendas compartilhadas. Esse conjunto de vantagens pode auxiliar no aumento da competitividade dos integrantes de uma ação coletiva.

Neste sentido, observa-se o município de Maripá, no estado do Paraná. O local possui uma população de aproximadamente 5.684 habitantes (Ipardes, 2017), apresentando um processo de desenvolvimento fundamentado principalmente no setor agropecuário. Pequenas propriedades rurais buscaram diversificar a produção com alternativas como cultivo de orquídeas, tilápias, frango, leite e suínos. Estas atividades demandaram pesquisa, investimentos e relacionamento entre diversos atores, a fim de manter as propriedades economicamente viáveis. Formou-se então um ambiente empreendedor voltado para as atividades agropecuárias com participação relevante das ações coletivas.

Porém, ainda não se tem conhecimento sobre iniciativas que foram de fato impactantes para o cenário local, bem como, o que as relações e ações coletivas entre os atores representam para o município e para as atividades econômicas. Neste contexto, é fundamental compreender o cenário empreendedor de Maripá. Assim, esta pesquisa objetiva responder a seguinte questão: "Quais as implicações das ações coletivas para a formação e o desenvolvimento do empreendedorismo de Maripá/PR?". Como objeto de estudo, investigou-se as ações coletivas direcionadas ao setor de agronegócio do município, especificamente as atividades de aquicultura, orquidicultura e agropecuária.

Buscou-se nesta pesquisa compreender o papel das ações coletivas, observando as implicações destas sobre o ambiente empreendedor do município e também sobre a economia local, bem como se, historicamente, a coletividade interferiu na constituição do empreendedo-

rismo local de Maripá. Caso haja ou houver implicações, é importante conhecê-las e compreender se são positivas ou negativas para a construção deste ambiente.

Para atingir o resultado esperado, este trabalho apresenta os objetivos: a) analisar o ambiente empreendedor de Maripá, considerando as iniciativas e as características dos empreendimentos coletivos ligados aos setores de orquidicultura, aquícultura e agropecuária; b) compreender a importância dos empreendimentos coletivos para a economia local; c) investigar as implicações e as externalidades geradas pelas ações coletivas para o ambiente empreendedor local.

Justifica-se a importância desta pesquisa, pelo fato de que os resultados poderão ser significativos para gestores públicos e também privados que tenham em vista propor uma ação estratégica para diversificação de renda e/ou o fortalecimento do empreendedorismo local. Para isto, propôs-se a observação do ambiente criado em Maripá, por meio de entrevistas e exploração documental, objetivando entender a dinâmica local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O empreendedorismo

O indivíduo que está à frente do negócio é um dos fatores mais importantes para o sucesso ou fracasso desse empreendimento. Schumpeter (1959) o conceitua como ator importante no desenvolvimento econômico, considerando que as atitudes voltadas para a inovação interferem no mercado e geram mudanças na economia.

Filion (1999), afirma que duas correntes de pensamento iniciaram a busca pelo entendimento do termo empreendedor: os economistas, que associaram o empreendedor à inovação e à capacidade de gerenciamento; e os psicólogos, que enfatizaram aspectos como criatividade e intuição. Porém, o autor assume o termo empreendedor como

Uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-o para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação, continuará a desempenhar um papel empreendedor (FILION, p. 19, 1999).

No que se refere às características empreendedoras, alguns atributos são citados, conforme segue:

Empreendedores são visionários; sabem tomar decisões; são indivíduos que fazem a diferença; sabem explorar ao máximo as oportunidades; são determinados e dinâmicos; são otimistas e apaixonados pelo que fazem; são dedicados; são independentes e constroem o próprio destino; ficam ricos; são líderes e formadores de equipes; são bem rela-

cionados (networking); são organizados; planejam, planejam e planejam; possuem conhecimento; assumem riscos calculados e criam valor para a sociedade (DORNELAS, 2008, p. 17).

Algumas características relevantes de empreendedores são destacadas por Nassif *et al.* (2007), quando considera que o conceito de empreendedor está relacionado a uma pessoa de ação, que busca realizar, transformar, visualizar oportunidades, sonhar, acreditar, assumir riscos e desafios, agregando recursos e pessoas, e que a partir disso, busca mudanças e inovações. É uma pessoa capaz de realizações individuais e profissionais, que supera desafios e tem a capacidade de conquistar resultados por meio de um processo que visa à concretização das oportunidades.

O perfil empreendedor é também influenciado pelo meio em que o indivíduo vive, refletindo assim, suas experiências. Como destaca Dolabela (1999), mesmo na era da globalização, o empreendedorismo é um fenômeno regional, pois a cultura, as necessidades e os hábitos de uma região determinam alguns comportamentos, o que é congruente com a visão schumpeteriana de que o desenvolvimento econômico ocorre, auxiliado pelas inovações tecnológicas, pelo gerenciamento do setor financeiro e pela capacidade de empreender um novo negócio, sendo o empreendedor um agente capaz de mobilizar o capital (DOLABELA, 1999).

2.1.1 O empreendedorismo e o desenvolvimento local

Devido à capacidade de empreendimentos ativos trabalharem o aperfeiçoamento de pessoas e processos, há uma tendência ao desenvolvimento do local em que ele está inserido. Silva e Machado (2008) afirmam que o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve, além do aumento da produção e da renda *per capita*, a constituição de mudanças na estrutura do negócio e da sociedade. Também Duarte e Santos (2003) colaboram ao mencionar que o empreendedorismo é capaz de superar desigualdades sociais, desde que haja implantações de programas de desenvolvimento local.

A cultura norteia o comportamento humano e incorpora transformações advindas da interculturalidade, fenômeno que liga aspectos da natureza socioeconômica e aspectos espaciais ou temporais, o que faz com que o indivíduo se assuma como medida das coisas, ou seja, imprima seu ritmo para as atividades que precisa realizar durante seu dia a dia, como afirmado por Kashimoto, Marinho e Russeff (2002).

Os autores ainda delimitam o conceito de cultura, caracterizando-a como um conjunto de atividades e crenças que uma comunidade adota para enfrentar os problemas impostos pelo meio ambiente, no qual o grupo de seres humanos cria soluções originais para adaptar seu meio ambiente, natural e social, abrangendo diversos aspectos da vida: *savoir-faire*¹, conhecimentos técnicos, costumes relativos à roupas e alimentos, religião, valores, língua, símbolos, comportamento sócio-político e econômico, entre outros.

Por sua vez, o desenvolvimento é associado ao progresso material e modernização tecnológica, mas para Martins (2002) não é apenas isso. Quando se desconsidera as diferenças culturais, pode-se levar em seu interior o domínio e a imposição cultural que desequilibram e abalam as

1 *Savoir-faire* é a habilidade de obter êxito, graças a um comportamento maleável, energético e inteligente. É o saber fazer.

sociedades. Para o autor, o princípio básico do desenvolvimento é voltado para as pessoas e não para os objetos, sendo a postura que atribui e assegura a comunidade. Além disso, esse grupo não tem apenas o papel de beneficiário, mas também de agente de desenvolvimento local. A participação da comunidade é uma conquista a ser empreendida individualmente.

Para Leroy (1997) "local" se refere à escala das relações interpessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade. A materialidade de um lugar – casas, ruas, campos, vizinhança, clima habitual etc. – participa ativamente da vida das pessoas, envolvendo-as e dando significado aos fatos, os quais adquirem significação social.

Também Dornelas (2001) destaca o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico, proveniente das suas contribuições às inovações de mercado. Quando se investe em um ambiente estimulador de novas ideias, está havendo promoção de uma economia sustentável, eficiente e inovadora, a qual afeta os índices de empregabilidade, renda e produto interno bruto.

Por outro lado, o investimento em empresas é considerado arriscado, sendo esse aspecto enfatizado por Sarmiento e Costa (2016), quando dizem que principalmente em startups, há imprevisibilidade da aceitação do produto ou serviço no mercado, o que exige do empresário, além de uma ideia inovadora, a expertise, uma rede de contatos e conhecimento de gestão.

Muitos autores consideram a aplicabilidade de redes, por ser uma forma de empresas pequenas competirem em escala global, diluindo custos e incertezas vultuosas. A associação entre empresas pequenas gera um output (saída, se refere a competência de cada participante) com custo reduzido de operação, que é gerado pela otimização do uso comum de recursos, como tecnologia, suprimentos e habilidades organizacionais e pessoais, características geradas pela ação conjunta. Essas formas têm efetivas possibilidades de conduzir a organização a um desenvolvimento sustentável, sendo um caminho plausível para o desenvolvimento de empresas pequenas em uma economia globalizada, concorrencial e em busca de competitividade (OLAVE; AMATO NETO, 2001).

A formação de uma ação coletiva precisa da iniciativa de algum agente que consiga visualizar os objetivos comuns de dois ou mais atores. Na visão de Julien (2005), o estado promove um ambiente empreendedor através de incentivos ou transmissão de conhecimentos, nos mais variáveis locais do seu território, para assim estimular o crescimento. Ainda segundo o autor, essa interferência do estado pode ser na alocação de recursos, especialização de mão-de-obra, no agrupamento de empresas com interesses em comum, ou por incentivo à inovação. Entretanto, Silva e Machado (2008) enfatizam que a promoção do empreendedorismo em grandes municípios exige uma reflexão diferente do mesmo exercício em pequenos municípios.

Atividades em grupo exigem esforços de todas as partes envolvidas para atingir um resultado positivo para todos os atores, o que torna o processo um desafio. Objetivando compreender a dinâmica da ação coletiva, a próxima seção busca compreender o conceito teórico da ação coletiva, bem como ela se relaciona com os pequenos empreendimentos.

2.2 AÇÕES COLETIVAS COMO ESTRATÉGIAS PARA PEQUENOS EMPREENDEDORES

Em um mundo globalizado, a competitividade é questão de sobrevivência para as empresas, independente do ramo de atuação, exigindo presença nos mercados chave, aumento da produtividade de produtos e investimentos em mão de obra e tecnologia. É uma tarefa difícil

conciliar a melhoria contínua de toda a cadeia de produto, o que faz com que as empresas optem por buscar alianças estratégicas, ou seja, atividades de parceria com outras empresas, com o intuito de sobreviverem no mercado e aumentarem a competitividade (KLOTZLE, 2002).

A capacidade de competir não tem uma definição precisa, mas do ponto de vista teórico, é a capacidade sustentável de sobreviver e, de preferência, crescer em mercados concorrentes ou em novos mercados, sendo que o desempenho empresarial depende de relações sistêmicas. Além disso, gargalos como o de coordenação vertical ou de logística podem prejudicar as estratégias (FARINA,1999).

Cada organização define a sua estratégia de atuação, buscando equilibrar as instituições e as necessidades do seu mercado. Neste sentido, Williamson (1986) observa que existe um esquema integrado das relações entre ambiente institucional, organizações e indivíduos. Para ele, as regras impostas pelas instituições determinam formas da organização, enquanto os indivíduos têm influência devido às ações comportamentais. As ações estratégicas das organizações serão tomadas sob aspectos institucionais e individuais.

A articulação de ações cooperativas entre concorrentes, fornecedores, distribuidores, institutos de pesquisa públicos e privados, são uma forma de estruturar ações estratégicas competitivas, sendo que a cooperação e a coordenação, tanto vertical quanto horizontal, são importantes na vitalidade da concorrência. A competitividade é, portanto, resultado de políticas públicas e privadas, individuais e coletivas (FARINA,1999).

As organizações grupais surgem por indivíduos que têm interesses comuns e acreditam que ações individuais são menos eficientes que uma ação coletiva. Esses indivíduos planejam, então, uma atuação coordenada para alcançarem seus objetivos (OLSON, 1999). Ainda Nassar (2001, p. 27) diz que “o alinhamento de interesses em uma ação coletiva não está na equivalência do interesse próprio da pessoa, mas no fato de que os indivíduos têm necessidades em comum e que certamente podem ser obtidas por meio de ações em conjunto”.

As ações coletivas podem se apresentar por diferentes meios, tais como: associativismo, entidades de representação política e sindical, e por realizarem atividades conjuntas, como compras em comum, serviços pós-venda, prospecção e venda nos mercados externos, controle de qualidade, economias de escala e escopo, sinergias e aprendizado mútuo, conforme admite Sachs (2003). Ainda segundo ele, as empresas de pequeno porte são as que mais adotam este tipo de estrutura, já que possuem muitas dificuldades que podem ser resolvidas por meio de iniciativas coletivas.

A adoção de uma ação coletiva é parte da estratégia empresarial para aumentar a competitividade no mercado consumidor. As empresas adotarão essa estrutura de governança se entenderem que, em grupo, os resultados são mais satisfatórios do que buscar resultados individualmente. Para compreender o que é uma ação coletiva, apresentam-se, na sequência, alguns fundamentos propostos por estudiosos da área.

2.2.1 A Teoria da ação coletiva

Para Schmidt e Saes (2008), as terminologias como ações coletivas ou conjuntas, cooperação e colaboração, se referem ao comportamento conjunto entre agentes, indivíduos e firmas, em um mesmo ramo de atividade ou não, que trabalham de forma cooperativa, geralmente

entre uma rede de empresas, formal ou informalmente. Segundo Nassar (2001), a constatação de necessidades comuns que só podem ser atendidas por meio de ações conjuntas é o que alinha os interesses em uma ação coletiva. Isso exige cooperação entre os indivíduos, fora do sistema hierárquico.

Para que haja cooperação é preciso que os indivíduos envolvidos estejam em sintonia com os objetivos coletivos. Ostrom (2007) afirma que quando há um ambiente de confiança entre indivíduos participantes de uma ação coletiva, estes ficam dispostos a adotar a reciprocidade, e conseqüentemente, elevam os níveis de cooperação. Olson (1999) e Ostrom (2007) destacam ainda que os objetivos dos atores influenciam nos resultados. Quando os objetivos iniciais são atingidos, é necessário haver outros objetivos para que continue sendo interessante para a manutenção do grupo. Ou seja, para que a ação coletiva não perca a razão de ser, é importante que os objetivos da ação coletiva sejam sempre superados e renovados. Dessa maneira, reputação, confiança e reciprocidade são positivamente reforçadas, e a diminuição dessas características pode gerar uma desconfiança coletiva, levando a pouca ou nenhuma cooperação.

Ostrom (2007) destaca ainda que o termo “ação coletiva” é complexo, cujas variáveis centrais podem ser afetadas por variáveis denominadas por ela como estruturais. Algumas variáveis são aqui citadas: a) número de participantes envolvidos; b) se os benefícios são divididos ou totalmente compartilhados; c) heterogeneidade dos participantes; d) possibilidade de comunicação face a face; e) informações sobre ações passadas; f) a ligação dos indivíduos; g) a possibilidade de entrar ou sair voluntariamente do grupo.

Olson (1999) observa que os indivíduos estão propensos a cooperar quando entendem que o custo despendido nas trocas coletivas é menor que o benefício alcançado, e a interação entre os atores é diferente entre grupos grandes e grupos pequenos. Com base na percepção de Olson (1999) sobre esse tema, Wenningkamp (2015) elaborou o exposto no Quadro 1, para ilustrar as diferenças existentes entre grupos grandes e grupos pequenos.

Quadro 1 - Comparação entre grupos pequenos e grandes

	Grupos pequenos	Grupos grandes
Percepção do benefício alcançado	Maior	Menor
Constatação de <i>free riders</i>	Facilmente	Difícilmente
Custos de organização e coordenação	Baixos	Altos
Ação voluntária	Facilmente ocorre	Difícilmente ocorre
Nível de benefício alcançado	Próximo ao nível ótimo	Distante do nível ótimo

Fonte: Wenningkamp (p. 43, 2015).

Compreende-se que, nos estudos de Olson (1999), a percepção de benefícios é observada mais facilmente em grupos pequenos, bem como é difícil a imersão de agentes que busquem apenas benefícios próprios e não grupais (*free riders*). As atividades em conjunto também geram custos menores que em grupos grandes, levando os participantes a agirem voluntariamente e terem mais facilidade de visualizar benefícios alcançados. Olson (1999) observa ainda que em grupos grandes é difícil visualizar ações voluntárias e os custos de organização e coordenação são mais altos, deixando, assim, o nível de benefícios distante de ótimo.

O conceito homogeneidade entre membros de uma ação coletiva, principalmente com mais clareza em grupos menores também é observado por Olson (1999). Em grupos onde há diferentes graus de interesse, os que possuem maior dedicação atribuirão maiores esforços na

busca de resultado grupal, provendo um maior benefício coletivo, ou seja, neste caso o grupo é mais homogêneo. Já Granovetter (1973) relaciona heterogeneidade dos grupos com a intensidade dos laços entre indivíduos (laços fortes e laços fracos). Para ele, os laços fortes são os que criam grupos homogêneos, e vem do relacionamento entre família e amigos próximos, o que gera um ambiente de reciprocidade e confiança. Os grupos heterogêneos estão relacionados com laços fracos, onde há diferenças entre as ideias dos participantes, já que os indivíduos vêm de um conjunto de experiências e informações distintas, sendo que o ambiente gerado neste grupo tende a ser inovador.

2.2.2 Políticas Públicas e externalidades

Uma das formas de promover o empreendedorismo e o desenvolvimento em um local é através de políticas públicas, ou seja, do incentivo e criação de mecanismos para desenvolver determinada atividade por parte do poder público. Para Souza (2006), as políticas públicas são definidas como uma forma de buscar soluções para problemas, com embates em torno de ideias e interesses, com foco concentrado no papel dos governos, havendo também aspectos conflituosos com limites que cercam as decisões dos governos. Existe ainda a possibilidade de cooperação que pode ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais (SOUZA, 2006).

Gomes (2018) discorre sobre a Lei Complementar (LC) 123/06, afirmando ser um instrumento de desenvolvimento decisivo para a Região Oeste do Paraná. A Lei versa sobre a dimensão do desenvolvimento, considerando nove medidas: acesso às compras; desburocratização e simplificação; acesso ao crédito; educação empreendedora; associativismo; inovação e tecnologia; acesso à justiça; agente de desenvolvimento; empreendedor individual.

Ainda para Gomes (2018), a execução dessa Lei na região Oeste paranaense apresenta resultados nas questões de qualidade de vida e de desenvolvimento. A ação está promovendo novas ações de associativismo e o desenvolvimento de blocos civis e públicos que buscam fortalecer o ambiente local e regional. Ações estratégicas de desenvolvimento e de incentivo a pequenos empreendedores, dentre eles atividades voltadas para o agronegócio, foram promovidas por ações conjuntas entre governo e população.

Nesse sentido, as concentrações de pequenas empresas geram importantes economias externas e o resultado é a eficiência de natureza coletiva, o que pode propiciar a formação de capital social e as externalidades dele decorrentes (ERBER, 2008). As atividades econômicas geradas em um ambiente coletivo têm impactos para quem as realiza, mas também têm impactos no local em que estão inseridas. Vasconcellos (2009, p. 98) afirma que “em certas ocasiões, o consumo ou a produção de determinado bem ou serviço pode produzir efeitos colaterais, positivos ou negativos, que são chamados de externalidades ou economias externas”.

Porém, as externalidades podem ser positivas e/ou negativas, sendo que para Moll (2016) parece haver um consenso sobre a existência de ambas. As externalidades positivas ocorrem em um ambiente em que a ação de uma das partes beneficia a outra. Como externalidades negativas, as ações de uma parte impõem custos a outra, o que caracteriza ineficiência econômica.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa investigou ações coletivas do setor agropecuário, do município de Maripá, na região Oeste do Paraná. Ressalta-se que atualmente as principais atividades econômicas dessa região estão voltadas para a agropecuária (IPARDES, 2017). Isto demonstra que Maripá segue a linha econômica regional, e por isso, a pesquisa foi direcionada para este setor, especificamente a piscicultura, a orquidicultura e a pecuária.

Com característica de abordagem qualitativa, este estudo pretende compreender o cenário de empreendedorismo de um ambiente coletivo. Genhardt e Silveira (2009) definem a pesquisa qualitativa como o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, no qual busca-se explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não se quantifica valores ou submete-se à prova de fatos, devido a estes serem não-métricos e derivados de diferentes abordagens.

A natureza da pesquisa é caracterizada como aplicada, pois, segundo Silveira e Córdova, (2009) este tipo de estudo objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, envolvendo verdades e interesses locais. Este estudo buscará detalhar a realidade de um local, ou seja, as ações coletivas do município de Maripá, para então analisar as implicações delas para o ambiente empreendedor local, sendo que os conhecimentos adquiridos aqui, poderão ser usados pelos gestores públicos e também empreendedores para tomadas de decisões. Por isso, são importantes a veracidade e a imparcialidade das informações obtidas pela pesquisa.

Esta investigação também tem objetivo descritivo, pois esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, sendo que essa exatidão não pode ser obtida apenas por observação (GENHARDT; SILVEIRA, 2009).

Como objeto de estudo, observou-se as ações coletivas Aquimap, AOM e C.Vale, sendo que: a Aquimap é uma forma de ação conjunta entre produtores de peixes, mais especificamente de tilápias; a AOM associa produtores rurais que cultivam orquídeas; e a C.Vale associa produtores rurais que possuem atividades voltadas principalmente a produção de soja, milho, frango, suínos, leite e peixes.

Para atingir o objetivo proposto, buscou-se, inicialmente, através de uma pesquisa documental em dados secundários, a caracterização dos empreendimentos agropecuários. Ou seja, buscou-se através das associações e entidades públicas, dados como quantidade de associações ou outras formas de coletividade, quantidade de sócios e função. Também por meio de registros, atas e arquivos, obtidos através de informações fornecidas pela prefeitura, por dados secundários de institutos de pesquisa (IBGE, 2017); (IPARDES, 2017) e (SEAB, 2017) e por atas das associações, foram levantadas informações referentes ao surgimento e desenvolvimento de ações coletivas, bem como, atores importantes para este processo e registros de produtividade e comercialização. A partir de então, foi possível selecionar os atores nomeados neste trabalho de líderes, a fim de realizar entrevistas semiestruturadas e definir o cenário e a história do ambiente coletivo de Maripá.

Optou-se por aplicar entrevista restringindo-se aos líderes do processo de criação e desenvolvimento de ações coletivas e do ambiente empreendedor municipal. Esses atores foram escolhidos para serem ouvidos por serem reconhecidos pelo trabalho desempenhado ao longo dos anos pelos demais integrantes e envolvidos. Destaca-se que Maripá é um município de 27 anos de emancipação, fato que favorece na identificação e contato com gestores municipais da época do processo emancipatório, pessoas que contribuíram para a formação

de empreendimentos pioneiros, bem como, com as pessoas que trabalharam na ideia de associar indivíduos para atingir um bem comum. Muitos destes atores ainda residem no município, alguns até mesmo ainda atuando em atividades administrativas locais, o que torna possível o contato. Aplicar a entrevista de forma semiestruturada permite que os entrevistados agreguem detalhes aos fatos, sendo o pesquisador responsável por analisar e filtrar as informações.

As entrevistas foram realizadas conforme apresentado no Quadro 2. A pesquisa foi dividida em entrevistas com líderes políticos, técnicos e coletivos. Os líderes políticos são pessoas que têm ou tiveram participação importante no desenvolvimento de Maripá, sendo eles: o atual prefeito e dois ex-prefeitos. Quanto à pesquisa realizada com os líderes técnicos, houve a participação de dois técnicos da Emater e o engenheiro de pesca da prefeitura, pois estes realizaram trabalhos de desenvolvimento junto aos produtores rurais. O terceiro grupo de entrevistados contempla líderes coletivos (participantes de ações coletivas como produtores rurais ou envolvidos com o setor agropecuário). Foram três entrevistados para cada uma das ações coletivas consideradas no trabalho: peixes, orquídeas e agropecuária. Para a entrevista, utilizou-se o questionário que está exemplificado no apêndice A, sendo que por ser semiestruturado, permitiu que os entrevistados fornecessem conhecimento empírico do seu setor de atuação.

Cada uma das dez perguntas do questionário foi analisada individualmente, a fim de transpor para a pesquisa dados e fatos relatados pelos entrevistados. Para este processo, primeiramente transcreveu-se todas as respostas, armazenando-as em um arquivo. Em seguida, cada resposta passou por análise de conteúdo, contrapondo-as com as respostas dos outros entrevistados e com o contexto das demais perguntas. Logo, foram acuradas as dez respostas dos quinze respondentes, havendo o cuidado em manter a essência do conteúdo fornecido nas conversas e extraíndo detalhes importantes da agropecuária e da coletividade maripaense.

Quadro 2 - Roteiro de entrevistas

Líderes Políticos do Município	3 entrevistas <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefeito atual; ▪ 2 ex-prefeitos que ainda residem no município e ainda são envolvidos com atividades locais.
Líderes Técnicos do Município	3 entrevistas <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2 Técnicos da Emater ▪ Engenheiro de pesca
Líderes coletivos	3 entrevistas com participantes da Ação Coletiva: Orquídeas Dentre eles, 2 que já atuaram como presidentes e 1 que não liderou.
	3 entrevistas com participantes da Ação Coletiva: Piscicultura Dentre eles, 2 que já atuaram como presidentes e 1 que não liderou.
	2 entrevistas com participantes da Ação Coletiva Cooperativa Agropecuária, dentre eles um gerente de unidade da cooperativa (líder). Também 1 entrevista com o secretário da Agricultura e Meio Ambiente (líder).

Fonte: Autoras (2018).

Também com as informações adquiridas nas entrevistas, algumas respostas foram processadas para formar a “Nuvem de Palavras-chave” ou “Nuvem de Tags”. A ferramenta busca identificar as palavras mais importantes nos discursos dos entrevistados, através da análise de repetição das mesmas. Para tanto, utilizou-se o Software Iramuteq, o qual para Camargo e Justo (2013), viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde cálculo de frequência de palavras até análises multivariadas, organizando a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara, compondo a nuvem de palavras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados encontrados na pesquisa foram classificados em duas partes. A primeira faz um relato das características do município de Maripá e da sua economia, analisando as três atividades coletivas de Maripá, ou seja, a aquicultura, a orquidicultura e a agropecuária. A segunda etapa analisa os discursos das entrevistadas.

4.1 Análise do ambiente empreendedor coletivo de Maripá

Maripá, segundo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2017) têm uma população estimada em aproximadamente 5.684 pessoas. Ainda segundo os dados disponibilizados pelo instituto, o PIB per capita em 2014 era de R\$48.763,00, sendo que no mesmo período a média do estado do Paraná era de R\$31.411,00 e no Brasil de R\$28.500,00.

Dentre os 399 municípios do Paraná, Maripá está na posição 279º no que se refere ao tamanho da população. Também não está entre os maiores municípios da microrregião de Toledo, ficando com a 14º posição. Porém, apesar de não ter uma população grande, tem números econômicos interessantes. A Tabela 01 relaciona a população e o PIB per capita de cada município da microrregião da qual Maripá pertence, bem como a colocação local e estadual do PIB. Observa-se que Maripá tem o segundo melhor número quando comparado aos outros municípios da microrregião, apresentando o valor de R\$50.908,96. Também obteve a 15º posição quando comparado a nível estadual.

Tabela 1 – Dados populacionais e PIB per capita da microrregião de Toledo

Município	População	PIB (em R\$)	Posição do PIB	
			Microrregião de Toledo	Paraná
Palotina	28683	53449,03	1º	12º
Maripá	5684	50908,96	2º	15º
Entre Rios	3926	46041,65	3º	23º
Toledo	119313	36889,99	4º	54º
Marechal Cândido Rondon	46819	36054,81	5º	58º
Quatro Pontes	3803	35429,24	6º	62º
Tupãssi	7997	34930,22	7º	64º
Nova Santa Rosa	7626	34505,59	8º	66º
Terra Roxa	16759	33854,21	9º	71º
Mercedes	5046	32313,48	10º	85º
Formosa do Oeste	7541	32045,79	11º	87º
Santa Helena	23413	30512,80	12º	97º
Jesuítas	9001	29636,70	13º	106º
Assis Chateaubriand	33025	29228,80	14º	112º
Iracema do Oeste	2578	26142,99	15º	144º
Ouro Verde	5692	24923,94	16º	166º
Pato Bragado	4822	24735,58	17º	169º
São Pedro do Iguaçu	6491	24467,45	18º	173º
Guaíra	30704	23770,74	19º	181º
Diamante d'Oeste	5027	18413,53	20º	299º
São José das Palmeiras	3830	18228,25	21º	308º

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em IBGE (2018).

Quanto à economia, a principal atividade do município é a agropecuária. Segundo dados do IBGE (2017) e do IPARDES (2017), a agropecuária representou 42% do valor adicionado bruto, seguido de indústria, serviços e administração pública sucessivamente. Vale aqui ressaltar que Silva e Machado (2008) analisam que o aumento na renda per capita, mudança na estrutura de negócio e na sociedade demonstram o desenvolvimento de um local. A Tabela 02 exemplifica os valores alcançados em cada ramo de atividade, e é possível visualizar que o valor adicionado bruto da produção agropecuária é mais que 03 vezes superior ao valor gerado pela indústria.

Tabela 2 - Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades - 2014

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$ 1.000,00)
Agropecuária	110.486
Indústria	34.658
Serviços	92.073
Administração pública	25.631
TOTAL	262.849

FONTE: IBGE; IPARDES (2017).

Desde o princípio, entendeu-se que no local, a cultura das pessoas era proveniente da região sul e de descendentes de alemães e italianos, sendo que o trabalho realizado pelo povo que foi atraído para Maripá era de natureza agrícola. Logo, entender a cultura das pessoas foi importante para dedicar esforços em uma atividade que estaria de acordo com o local. Alguns estudos destacam a importância de considerar o fator cultural (LEROY, 1997; MARTINS, 2002; KASHIMOTO, MARINHO, RUSSEFF, 2002), afirmando que o desenvolvimento está ligado com a cultura das pessoas e com o lugar onde elas vivem, transmitindo para as atividades do dia a dia o ritmo do ambiente em que está inserido.

Uma das primeiras preocupações do poder público após a emancipação foi com as especializações do setor rural, buscando desenvolver parceria com a Emater já em 1993. Essa ligação trouxe um escritório da instituição, um técnico que atuou até setembro de 2017 no local e mais uma técnica que, atualmente ainda trabalha no setor. A partir deste momento, formou-se uma parceria entre os produtores rurais, a Emater e a Prefeitura, tendo o objetivo de capacitar os empreendedores rurais para administrar melhor suas propriedades. Para isso, houve parcerias também com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a Universidade Estadual de Londrina (UEL), agentes financeiros (em especial Banco do Brasil e Sicredi) e com o SEBRAE.

Outro trabalho importante realizado pela administração pública desde os primeiros anos de atividade foi a contratação de um Engenheiro de Pesca e de um Engenheiro Florestal. Ambas as funções fazem a união entre poder público e produtores, auxiliando na pesquisa e implantação de melhorias e na burocracia existentes. Esse trabalho foi salientado diversas vezes nas falas dos entrevistados, sendo destacada a importância de ter o apoio destes parceiros. Acentua-se a relevância observada do trabalho em conjunto entre todos os setores, sendo caracterizado por alguns participantes como "tripé fundamental".

Em Maripá, a Emater também apresenta participação importante na organização da Festa das Orquídeas e do Peixe. No setor da exposição das flores, a entidade juntamente com a AOM, organiza todo o sistema de gerenciamento de vendas, o espaço da exposição, coordena a etiquetagem das plantas e fornece suporte aos produtores e visitantes durante todo o período da festa. Já na parte voltada para a piscicultura, a função exercida pela Emater, que também é em

conjunto com a Aquimap, é para disponibilização de quantidade suficiente de peixes para os pratos servidos durante o evento e para a organização do Seminário de Piscicultura, o qual no ano de 2017 obteve abrangência estadual.

4.1.1 Agropecuária

Os meios de cultura agropecuária maripaense estão voltados principalmente para o frango de abate, soja (safra normal), milho (safrinha) e suínos para abate (SEAB, 2017). O fato importante apontado pela pesquisa é que há preocupação com diversificação de produção nas propriedades rurais, ou seja, os agricultores buscam outras formas de geração de renda além das culturas de grãos, ajudando na renda das famílias e às mantendo ativas na atividade.

A difusão de técnicas e metodologias para aumento de produtividade em propriedades pequenas é crucial para a sustentabilidade da mesma, sendo a diversificação de renda um seguro contra riscos climáticos e econômicos, impedindo que famílias que dependem da atividade agrícola fiquem submetidas a uma única forma de produção. Estas estratégias podem não oferecer condições de enriquecimento, mas podem ser fundamentais para evitar o empobrecimento no campo.

Há vários fatores que motivaram a diversificação nas propriedades, conforme foi apontado nas entrevistas: há maior aproveitamento da terra, porque permite transformar em renda espaços onde não seria permitido o cultivo de grãos. Há também maior segurança devido às incertezas na plantação de soja ou milho, já que fatores climáticos ou doenças colocam em risco a produção e podem resultar em "quebra de safra". Ou seja, quando há outra fonte de receita, o agricultor tem maior garantia de renda. A diversificação de renda pode oferecer segurança contra riscos climáticos e econômicos, impedindo que famílias que dependem da atividade agrícola fiquem submetidas a uma única forma de produção. Estas estratégias podem ser fundamentais para evitar o empobrecimento no campo.

Esse cenário atual foi impulsionado por vários elementos. Dentre eles, existe a implantação e o trabalho realizado pelas cooperativas agroindustriais. Na cidade vizinha, Palotina, está sediada a C.Vale, uma das maiores cooperativas agroindustriais do país, com diversas atividades voltadas ao agronegócio, sendo que há externalidades dela para os municípios vizinhos, incluindo Maripá. Esta realiza trabalhos aplicados à produção de grãos, como assistência técnica, fornecimento de insumos, armazenagem e crédito rural. Investe também na diversificação de renda rural, com atividades voltadas à produção e abate de frango, suínos, leite e recentemente também peixes. A cooperativa fornece o crédito, os insumos, a assistência técnica e o recolhimento para abate dos animais, com garantia de proventos para os produtores. Até a data da pesquisa, 932 produtores rurais eram cooperados da C.Vale no município de Maripá (dado fornecido pela cooperativa), sendo que se relacionado este número com a população total do município fornecida pelo Ipardes, este número representa 16,5% da população.

4.1.2 Piscicultura

Após a emancipação de Maripá, um dos primeiros projetos foi voltado para a produção de peixes. Como relata Pasini (2013), por volta de 1993 alguns produtores do local já eram associados à Associação de Piscicultores de Palotina (APAQUI). Observando que esta atividade era

oportunidade para o setor agropecuário, bem como os rios existentes no município permitiam os investimentos, buscou-se atendimento da Emater. Em 1993, em um primeiro diagnóstico, constatou-se que já havia 81 propriedades rurais com tanques escavados para criação de peixes, e no ano de 1994 o número passou para 94. Observando estes dados, em 1997 foi criada a Unidade de Estudos e Pesquisa em Maripá, voltada especificamente para a pesquisa na produção de peixes, bem como, surgiu a Aquimap (PASINI, 2013).

Nas entrevistas com os líderes municipais que exerciam atividade no período, destacou-se o fato da preocupação com o estímulo ao setor. O poder público, já nos primeiros anos da emancipação, contratou engenheiro de pesca, investiu em estradas e ajudou nas escavações dos tanques. Também se preocupou com a busca e subsídios para tecnologias, aquisição de alevinos e compra de ração. Com a visita de professores e pesquisadores italianos, na época constatou-se que a tilápia seria uma cultura viável para o território.

A festa e a organização dos piscicultores permitiram o impulsionamento da atividade em Maripá. Compradores, parceiros e fornecedores surgiram ao longo dos anos e hoje o local é o maior produtor de peixes por metro quadrado de lâmina de água do Brasil (PASINI, 2013). As parcerias foram muito importantes para o aprimoramento do trabalho, sendo considerado por todos o “tripé” formado entre Emater, Aquimap e Prefeitura Municipal. A produtividade diferenciada, segundo o que as entrevistas indicaram, é devido à pesquisa realizada pela associação e pelos institutos de pesquisa em torno da atividade e à capacidade de os agricultores aderirem às inovações tecnológicas, estando abertos e motivados a novos investimentos.

4.1.3 Orquidicultura

O cultivo de orquídeas surgiu da necessidade de ornamentação das ruas da cidade, motivando os visitantes a mostrar interesse em comprar as plantas. A partir de então, a prefeitura buscou fazer com que os munícipes verificassem a possibilidade de profissionalizar a produção de orquídeas e transformar o hobby em negócio. Assim foram cadastrados os interessados em cultivar orquídeas comercialmente e criou-se um plano para fornecimento de materiais para construção das estufas. Desenvolveram-se parcerias com Emater, Sebrae, Senar, UEL e agentes financeiros para fomento, gerenciamento, pesquisa e cultivo das plantas.

A importância do incentivo do poder público é ressaltada por Julien (2005), ao admitir que o estado promove um ambiente empreendedor através de incentivos e transmissão de conhecimento, sendo que esse incentivo pode acontecer através de alocação de recursos, especialização da mão de obra, no agrupamento de empresas com interesse comum ou por incentivo à inovação.

Inicialmente, a AOM foi responsável por dar suporte aos produtores na aprendizagem sobre o cultivo das orquídeas, na questão burocrática e na negociação de subsídios do poder público. A atuação na organização da exposição na festa também ganhou proporções interessantes, e atualmente é o principal motivo para o grupo permanecer unido. Além disso, a AOM promove reuniões para trocas de informações, busca melhorias junto ao poder público e realiza negociações entre os produtores, como por exemplo, o fornecimento de plantas.

Mas a quantidade de produtores não progrediu. Inicialmente eram 10 associados a AOM, e apesar de em alguns momentos haver mais sócios, atualmente está novamente com 10 par-

Dentre elas destacam-se: “produtor” e “associação”. Também foram citadas várias vezes as palavras “rural”, “peixe”, “orquídea” e “festa”. Estas palavras convergem com o foco deste trabalho, o qual objetivou enxergar o ambiente empreendedor de Maripá, a partir dos empreendimentos coletivos que envolvem o setor agropecuário local. Confirmou também a existência de ações coletivas através de associações.

Confirmando a investigação central, sobre a coletividade existente no local, as palavras “grupo” e “cooperativa” também se destacaram, chamando a atenção para o fato de que esse tipo de estratégia é considerado importante pelos entrevistados. As entrevistas mostraram que buscar objetivos em conjunto poderia ser uma estratégia melhor explorada, mas em relação ao que já foi conquistado para o desenvolvimento local, conclui-se que foi possível obter efeitos positivos em relação às diversas ações em conjunto dos municípios.

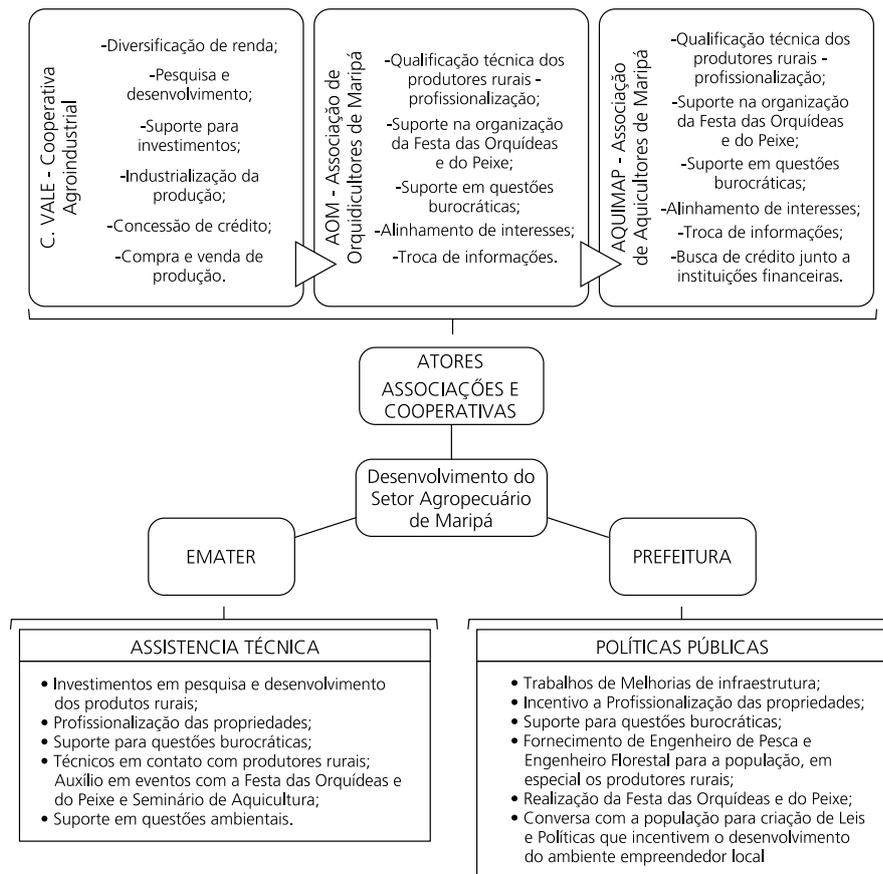
Observando todas as palavras, podemos remeter ao apresentado pela pesquisa teórica. O custo despendido pelos moradores, produtores rurais e empreendedores foi menor do que as vantagens alcançadas. Percebe-se em Maripá que os empreendedores se uniram para alcançar objetivos comuns, que é ser competitivo no mercado, porém, cada empreendimento tem sua individualidade e seu gerenciamento, não deixando de ser concorrente. Com isso, são realizados investimentos em tecnologias e informação para se manterem competitivos. Fortalecer o nome do local tornou-se uma estratégia de mercado (KOTZLE, 2002; FARINA, 1999).

Destaca-se também a importância que a Emater e a assistência técnica recebem. O corpo de profissionais fornecido aos produtores rurais é dispendido principalmente pela C.Vale, pela Emater e pela prefeitura. Com a participação destes agentes, os produtores rurais estão amparados para realizar investimentos com mais segurança e, em caso de problemas, há auxílio para resolução dos mesmos. Também é fomentado o investimento em pesquisas, tecnologias e aprimoramento de pessoas. Além disso, os atores destas entidades se tornaram líderes nos grupos atendidos por eles. Farina (1999) afirma que a competitividade é resultado de políticas públicas e privadas, individuais e coletivas, e entendeu-se que essa facilitação do contato de empreendedores com a assistência técnica foi uma estratégia.

Portanto, em Maripá o ambiente empreendedor recebeu estímulos e suporte de todo o aporte técnico formado por ações estratégicas, sendo que o fornecimento de um corpo técnico foi fundamental para o desenvolvimento das atividades agropecuárias locais. A formação de grupos, principalmente para a realização da Festa das Orquídeas e do Peixe e para os trabalhos de pesquisa foi um ponto positivo destacado nas respostas. A liderança executada pelos técnicos fez frente aos desafios encontrados no percurso das atividades locais, dando suporte para os empreendedores. O resultado dos investimentos nestes setores é retratado nas externalidades geradas e nos números econômicos locais.

Para visualizar a estrutura deste setor para o município de Maripá e também facilitar o entendimento, um resumo dos apontamentos finais da pesquisa está retratado na Figura 2.

Figura 2 - "Tripé fundamental" do desenvolvimento do setor agropecuário de Maripá



Fonte: Autoras (2018).

De modo geral, entende-se que em Maripá, ficou evidente a participação das três frentes que compõem o tripé fundamental (denominação dos entrevistados): associações-produtores rurais, Emater e prefeitura municipal. Cada um destes atores foi importante para o cenário atual, conduzindo a sua área, com foco no desenvolvimento do setor agropecuário rural de Maripá.

Conforme Farina, Saes e Azevedo (1997), as estratégias empresariais são baseadas no ambiente institucional, organizacional e tecnológico. Observa-se que no caso estudado, os três agentes estiveram presentes nos empreendimentos. No ambiente organizacional têm-se a atuação do poder público, os institutos de pesquisa e as associações, as quais se preocupam em manter um ambiente propício para a expansão das atividades locais. No ambiente institucional, as tradições e costumes dos colonizadores maripaenses definiram a propensão a atividades agropecuárias, bem como características empreendedoras dos produtores que buscaram tecnificar e diversificar suas propriedades. Quanto à tecnificação e diversificação, têm-se então, o ambiente tecnológico. Os investimentos e preocupações com estes itens elevaram os índices de produtividade local, sendo este um município com destaque na produção de todos os seus cultivos principais.

Observando as contribuições de Olson (1999), Wenningkam e Schmidt (2016) e de Nassar (2001), ficou claro que as organizações grupais surgiram por indivíduos, baseados em seus interesses comuns e por acreditarem que se agissem sozinhos seriam menos eficientes do que agindo em grupo. Existem necessidades que só podem ser atendidas por meio de ações conjuntas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação desta pesquisa foi o de analisar as implicações das ações coletivas sobre a formação e desenvolvimento do ambiente empreendedor, analisando o município de Maripá, no Oeste do Paraná. O interesse por abordar este tema surgiu da observação das características do município no que se refere à atuação de ações grupais. Dentre as situações notáveis, têm-se a representatividade da aquicultura local, o título de Cidade das Orquídeas e os níveis de produção agropecuária.

Existem características dos atores e do local que favorecem o estímulo das atividades. Dentre eles, destaca-se a participação e a cultura das pessoas, os trabalhos realizados pelo poder público e o trabalho da Emater. Em meio a estes elementos, têm-se a atuação de associações e uma cooperativa, as quais organizaram os produtores rurais. Além disso, esses atores atuam em conjunto.

Confirmou-se através desta pesquisa que em Maripá existe a participação de ações coletivas, bem como elas estiveram presentes na formação e no desenvolvimento do município e das empresas rurais do local. Ao longo dos anos, a Aquimap e a AOM trabalharam na organização dos produtores, tendo papel fundamental no desempenho da Festa das Orquídeas e do Peixe e buscando recursos e melhorias junto a prefeitura e Emater. Já a cooperativa agroindustrial foi importante para a melhoria de produtividade e melhoria da renda das propriedades rurais através de diversificação.

Observa-se diversificação nas fontes de renda no que tange ao setor agropecuário, pois, além do cultivo tradicional da região que é de soja e milho, os produtores investem em avicultura, suinocultura, piscicultura e orquídeas. O PIB per capita é maior que a média estadual e nacional, e existe a capacidade de manter a propriedade rentável com extensões de terra pequenas, fato influenciado pelo exercício da cooperativa agroindustrial situada na cidade vizinha e pela estrutura estimulada pelo poder público e pelos órgãos técnicos. Por diversas vezes, os entrevistados relataram que a possibilidade de se manterem no campo e conseguirem reunir capital, tem relação com as várias atividades que são realizadas, pois quando há problemas com a produção de grãos, outras atividades (como o frango, por exemplo) auxiliam no orçamento.

As contribuições do poder público também foram importantes em diversos momentos. Os investimentos e incentivos em estrutura física e em tecnificação promoveram iniciativas empreendedoras e o aprimoramento das mesmas. O estímulo à competitividade e cooperação através do desenvolvimento das potencialidades locais auferiu espaço para associações e trabalhos em grupo. A busca por aporte técnico, como a disponibilização de engenheiros (de pesca e florestal) e a parceria com a Emater representaram um corpo profissional importante para auxiliar os empreendedores rurais na burocracia e na solução de problemas do dia a dia. A investigação destacou a atuação do "tripé" – a união das associações e dos produtores, da prefeitura e da Emater, demonstrando a importância da estratégia coletiva utilizada pelos atores.

Cabe mencionar que este estudo empírico foi realizado especificamente para uma localidade, sendo que é possível que haja resultados diferentes quando aplicado em outros locais ou outras formas de ações coletivas. Por isso, sugere-se que este estudo seja aplicado a outras regiões e a outras formas de atividades, para que sejam observadas as diferentes realidades existentes.

REFERÊNCIAS

- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, p. 513-518, 2013.
- DOLABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.
- DUARTE, F. R.; SANTOS, L. M. L. Empreendedorismo social: o projeto Londrina Mil ONGs. In: EGEPE – Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas, 3. ed., Brasília. *Anais*. Brasília: UEM/UEL/UnB, p. 277-293, 2003.
- ERBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. *Nova economia*, v. 18, n. 1, p. 11-31, 2008.
- FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. *Revista Gestão & Produção*, v. 6, n. 3, p. 147-161, 1999.
- FARINA, E. M. M. Q.; SAES, M. S. M.; AZEVEDO, P. F. *Competitividade: mercado, estado e organizações*. São Paulo: Editora Singular, 1997.
- FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de administração*, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Plageder, 2009.
- GOMES, M. A. Lei Geral da Micro e Pequena Empresa como Instrumento de Desenvolvimento Local na Região Oeste do Paraná. *Revista Pleiade*, v. 11, n. 22, p. 77-89, 2018.
- GRANOVETTER, M. The strength of the weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Panorama por municípios*. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/maripa/panorama>. Acesso em: 05 fev. 2017.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Panorama por municípios*. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maripa/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Caderno estatístico – Município de Maripá*. 2017. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30. Acesso em: 13 jun. 2017.
- JULIEN, P. A. *Une métaphore des romans policiers: métaphore des romans policiers*. Universidade du Québec. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2005.
- KASHIMOTO, A. M.; MARINHO, M. e RUSSEFF, I. Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, n. 3, n. 4, p. 35-42, Mar. 2002.
- KLOTZLE, M. C. *Alianças estratégicas: conceito e teoria*. RAC, v. 6, n. 1, p. 85-104, jan./abr., 2002.
- LEROY, J. Modelos de desenvolvimento em questão. In: Comissão Pastoral da Terra. *A luta pela terra*. São Paulo: Paulus, p. 87-98, 1997.
- MARTINS, S. R. O., Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.
- MOLL, S. *Cultura organizacional e externalidades no território: o caso da empresa celulose Irani SA-SC-Brasil*. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2016.
- NASSAR, A. M. *Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2001.
- NASSIF, V. M. J.; et al. Empreendedores são estrategistas?: um estudo exploratório da ação de empreendedores no setor alimentício da Cidade de São Paulo. *Anais do III Encontro de Estudos em Estratégia*. São Paulo, 2007.
- OLAVE, M. E. L.; AMATO NETO, J. A. *Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas*. v. 5508, p. 900, 2001.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

- OSTROM, E. Collective Action and Local Development Processes. *Sociologica*. Bologna, 2007.
- PASINI, A. H. *A ação coletiva como forma de agregação no sistema agroindustrial da aquicultura de Maripá - PR*. 2013. 111f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.
- SACHS, I. *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho descente e futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- SARMENTO, M. R. C.; COSTA, L. F. L. G. O papel das aceleradoras na consolidação de novas empresas de cultura empreendedora a luz da metodologia *lean startup*. *EmpíricaBR - Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação*, v. 1, n. 1, p. 65-86, set., 2016.
- SCHMIDT, C. M.; et al. O empreendedorismo coletivo no contexto do turismo rural sustentável: uma experiência do Sul do Brasil. *Revista Passos*, v. 14, n. 5, p. 1161, 2016.
- SCHMIDT, C. M.; SAES, M. S. M. *Ações coletivas: desenvolvimento para arranjos produtivos inseridos no contexto do agronegócio e turismo rural*. In: 46º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco, Anais. Rio Branco, 2008.
- SEAB. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. *Dados Agropecuários: boletins conjunturais*. 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/Boletins-Conjunturais>. Acesso em julho de 2017.
- SHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006.
- SILVA, J. M.; MACHADO, H. V. Empreendedorismo e políticas públicas em pequenos municípios paranaenses: interpretações, participações e desdobramentos. *Revista Pretexto*, v. 9, n. 4, 2008.
- SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2-A pesquisa científica. *Métodos de pesquisa*, p. 31-42, 2009.
- VASCONCELLOS, M.A. *Economia Micro e Macro: teoria e exercícios*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 441 p.
- WENDT, E., SCHMIDT, C. M., FISCHER, T. R. *A influência da rede de orquidicultores de Maripá/PR na competitividade no mercado*. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER. 55, Santa Maria. Anais..., 2017.
- WENNINGKAMP, K. R. *Ações coletivas no agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil a partir de teses e dissertações (1998-2012)*. 2015. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e do Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.
- WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. *Ações Coletivas no Agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil a partir de teses e dissertações (1998-2012)*. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 54, n. 3, p. 413-436, 2016.
- WILLIAMSON, O. E. *Economic organization: firms, markets and policy control*. Nova Iorque: N.Y. University Press. 1986.

APÊNCICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM LÍDERES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO

1. Como o Senhor interpreta a história do ambiente empreendedor de Maripá?
2. Quais foram os principais elementos neste processo?
3. E em sua visão, como aconteceu o desenvolvimento do ambiente empreendedor de Maripá?
4. O senhor pode citar 03 elementos que considera terem sido fundamentais nesse processo?
5. Na sua opinião, atividades coletivas estiveram efetivamente presentes em algum momento?
6. O senhor atuou na criação de alguma ação coletiva existente no município? Se sim, de que forma? Em caso negativo, enxergou alguma ação coletiva sendo criada? E qual a importância dela para o ambiente empreendedor do município?
7. De onde surgiu a ideia da(s) ação(ões) coletivas em que o Sr. tem ou teve envolvimento? Quais os objetivos almejados?
8. Como o Sr. observa a atuação das ações coletivas? Quais foram os desafios?
9. O Sr. acredita que as ações coletivas têm impacto(s), positivos ou negativos, no ambiente empreendedor? Em que sentido?
10. Há alguma dificuldade que deveria ser superada no incentivo ao empreendedorismo e/ou ação coletiva? Se sim, o que deveria ser feito em sua opinião?